

## A SEGREGAÇÃO E A EXCLUSÃO SOCIAL: EFEITOS PERVERSOS DA GLOBALIZAÇÃO NO ESPAÇO INTRAURBANO

THE SEGREGATION AND THE SOCIAL EXCLUSION: PERVERSE EFFECTS OF THE  
GLOBALIZATION IN INTRA-URBAN SPACE

A SEGREGACIÓN Y EXCLUSIÓN SOCIAL: EFECTOS PERVERSOS DE LA GLOBALIZACIÓN EN  
ESPACIO INTRAURBANO

**Adriano Reis de Paula e SILVA<sup>1</sup>**

[eng\\_adrianoreis@hotmail.com](mailto:eng_adrianoreis@hotmail.com)

**Geisiane Rodrigues dos SANTOS<sup>1</sup>**

[geisiane@uemg.br](mailto:geisiane@uemg.br)

**Lidiane Aparecida ALVES<sup>2</sup>**

[lidianeaa@yahoo.com.br](mailto:lidianeaa@yahoo.com.br)

**Vitor Ribeiro FILHO<sup>3</sup>**

[vitor.f@terra.com.br](mailto:vitor.f@terra.com.br)

### RESUMO

Após a segunda metade do século XX foram intensificadas as mudanças sociais e econômicas, as quais se beneficiaram do desenvolvimento tecnológico e do processo de globalização. Como produto e condição da reprodução da sociedade na divisão internacional do trabalho, o espaço urbano, então, adquire maiores complexidades e contradições. Diante deste contexto, têm-se breves considerações acerca dos aspectos gerais dos processos de globalização, exclusão e segregação social, os quais em decorrência de suas naturezas são de difícil compreensão e conceitualização, apesar de constituírem fenômenos que, globalmente, atingem as pessoas de formas diferenciadas, beneficiando alguns enquanto prejudica outros. As cidades revelam a expansão das desigualdades em suas formas espaciais, cada vez mais diferenciadas e fragmentadas, apesar da proximidade territorial. As áreas periféricas evidenciam claramente esse processo, pois nelas estão de um lado os grupos sociais excluídos e de outro lado, especialmente nos condomínios fechados, estão os grupos sociais beneficiados pela atual conjuntura.

**Palavras Chave:** Globalização, Urbanização, Exclusão e Segregação Social.

### ABSTRACT

After the second half of the XX century have intensified the social and economic changes, which have benefited from technological development and globalization

<sup>1</sup> Professores na Universidade do Estado de Minas Gerais - Campus Frutal - Frutal/MG/Brasil

<sup>2</sup> Geógrafa, Universidade Federal de Uberlândia- Uberlândia/MG/Brasil

<sup>3</sup> Professor na Universidade Federal de Uberlândia- Uberlândia/MG/Brasil

SILVA, A.R.P.; SANTOS, G.R.; ALVES, L.A. & RIBEIRO FILHO, V. A segregação e a exclusão social: efeitos perversos da globalização no espaço intraurbano. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.3, nº5, p.104-137, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

process. As a product and condition of the reproduction of society in the international division of labor, the urban space, then, gets more complexity and contradictions. Front of this context, there have been succinct considerations about the general aspects of processes globalization, social exclusion and segregation, which as a consequence to their nature are difficult to understand and conceptualize, although they are phenomena that globally affect the daily lives of people differentiated forms, while benefiting some prejudice to other. The cities reveal the expansion of spatial inequality in its ways, increasingly differentiated and fragmented, despite the territorial proximity. The peripheral areas clearly evidence this process, because in them are a part of the excluded social groups and across, particularly in the private condominiums, are social groups benefit from the current situation.

**Keywords:** Globalization, Urbanization, Social Segregation and Exclusion.

## RESUMEN

Después de la segunda mitad del siglo XX fueron intensificado los cambios sociales y económicos, que se han beneficiado del desarrollo tecnológico y la globalización. Como producto y condición de la reproducción social en la división internacional del trabajo, el espacio urbano, entonces, adquiere mayores complejidades y contradicciones. Dado este contexto, son breves consideraciones sobre los aspectos generales de los procesos de globalización, la exclusión social y la segregación, que por su naturaleza son difíciles de entender y conceptualización, aunque son fenómenos que alcanzan en general las personas de manera diferenciado, mientras se benefician algunos perjudica a otros. La expansión de las ciudades muestran las desigualdades en sus formas espaciales cada vez más diferenciados y fragmentados, a pesar de la proximidad espacial. Zonas Periféricas muestran claramente este proceso, ya que en ellos se encuentran, por un lado los grupos sociales excluidos y en outro, especialmente en barrios cerrados, los grupos sociales beneficiados por la situación actual.

**Palabras clave:** Globalización. Urbanización. Exclusión y segregación social.

## 1. INTRODUÇÃO

A globalização é uma realidade e talvez uma das características mais essenciais da sociedade contemporânea. A ela está associada a complexidade das relações, a velocidade, a instantaneidade, a integração, a imprevisibilidade, além de outros atributos, que consistem em oportunidades para o estabelecimento de relações de solidariedade e construção de uma sociedade, de fato global, e que busque pela superação de desafios também globais como os diversos problemas ambientais, com destaque para os climáticos; os econômicos como a

desigualdade e a pobreza geradores de várias inequidades, mas que no entanto têm particularidades e carecem de políticas específicas adequadas à cada localidade.

Contudo, conforme reconhecem vários estudiosos das ciências humanas e econômicas, esta não é a realidade mais comum, já que em consequência da instalação do paradigma de uma globalização “de cima para baixo”, se verifica na sociedade, desde a escala local até a global, desigualdades e exclusão social, que podem ser denominadas de “apartheid social”, por impor a separação de diferentes classes sociais. Os mais ricos beneficiados com o fenômeno vêem-se suas riquezas aumentarem e, em contrapartida, os mais pobres se vêem cada vez mais empobrecidos e numerosos. E por outro lado, entre os países em decorrência da acumulação capitalista são cada vez maiores as diferenças entre os hegemônicos imperialistas e os dominados e atrasados, de modo que o “el planeta aparece hoy como una combinación caleidoscópica, un mosaico de fragmentos profundamente desiguales en lo económico, lo social y lo urbano” (COBOS, 2014, p.39).

No entanto, esse panorama é, na maioria das vezes, minimizado e, por vezes, ignorado pelo discurso neoliberal, ideológico e dominador. Mesmo com os efeitos nefastos da globalização se manifestando em diversas esferas da sociedade. Dentre as consequências desse processo, destaca-se o aumento do desemprego estrutural resultante da tecnificação dos processos produtivos, que acaba por expulsar do trabalho formal muitos dos trabalhadores que possuem menor grau de qualificação profissional. Estes passam a ser desempregados a médio e a longo prazo, ou a ocupar postos de trabalho informais, representa um exemplo desse processo o aumento dos trabalhadores informais, como chamados “camelôs”<sup>4</sup>, que possuem um local fixo, e/ou vendedores ambulantes ou de rua, que se deslocam e realizam vendas em diferentes pontos da cidade.

---

<sup>4</sup> O termo “camelô”, remonta ao século XII, a partir de uma modificação do árabe khmalat, que significava “tecido rústico e felpudo”, usado pelos franceses para referir-se ao tecido feito com pêlo de camelo e importado de países do norte da África e do Oriente Médio e vendido na França. Mas, em função das vendas de pêlo de cabra como pêlo de camelo, surgiu a associação de camelô a um vendedor de produtos “falsificados”. <http://mundoestranho.abril.com.br/materia/por-que-os-vendedores-ambulantes-sao-chamados-de-camelos>.

Paralelamente a isso, observa-se também um incremento do número de trabalhadores em tempo parcial. Sobre isso, Singer *apud* Silva (2005, p.26) afirma que, é patente a aceleração das relações de trabalho, a ponto de o trabalho assalariado formal estar se transformando de regra em exceção e privilégio, uma espécie de apanágio de uma elite de trabalhadores. Assim, em cadeia, a exclusão do trabalhador do mercado de trabalho o conduz também à exclusão socioespacial.

Todavia, apesar da constatação da proliferação dos problemas sociais e do surgimento de novas formas de exclusão, novas necessidades continuam a serem criadas para sustentar o modo capitalista de produção. A *Globalização Neoliberal Capitalista* serve a esse propósito, na medida em que propicia a difusão de novos produtos, hábitos e valores em escala mundial, pois os mercados são globalizados, mas nem todos têm acesso a eles, uma vez que apesar de ser universal este não é “homogeneizante”, pois nem todos terão acesso aos novos produtos criados e difundidos globalmente.

Especialmente, o contexto é de exclusão das especificidades regionais, uma vez que, conforme destacou Castells (1999), a criação por parte das classes dominantes de um estilo de vida cada vez mais homogêneo, que transcende fronteiras de todas as sociedades. Neste sentido, em nível nacional, mas que pode ser abstraído para a dimensão intraurbana, tem-se certa aniquilação da diversidade cultural e uma exclusão dos pobres que dependem cada vez mais de políticas reparadoras, bem como a difusão de novos valores e hábitos entre as classes beneficiadas socioeconomicamente.

Segundo Silva (2008) nas cidades, produtos e instrumentos do desenvolvimento socioeconômicos, os espaços adquirem novas complexidades e, novas contradições passam a ser mais evidentes, demandando de novos instrumentos de planejamento e gestão. Tem-se que,

Hoje essa instrumentalização faz-se claramente a serviço da expansão da forma ultraliberal do capitalismo, que subentende o atual processo de globalização. [...] os desdobramentos da crise atingem o processo de urbanização como um todo, ampliando o quadro de precariedade das cidades e atingindo, em seu conjunto todas as camadas da sociedade urbana. (SILVA, 2008, p.23).

Em linhas gerais, o processo de globalização neoliberal, sob a óptica do desenvolvimento do sistema capitalista de produção materializa-se heterogeneamente e desencadeia sérias mazelas sociais e econômicas, e não apenas benefícios como apregoa aqueles que estão a serviço deste processo. Como o espaço urbano é produzido segundo a divisão do trabalho, condição e produto da reprodução socioeconômica, intrínseco a este podem ser observados vários aspectos conjunturais decorrentes da globalização. A exclusão e a segregação social exemplificam tal fato, que se manifesta em diversas escalas, dentre elas no âmbito do espaço intraurbano.

A partir dessa perspectiva, são tecidas considerações sobre os processos de globalização, exclusão e segregação social tendo como referência as contradições que, concentram-se, sobretudo nas áreas periféricas. Para tanto, recorreu-se a um levantamento do referencial teórico a cerca da temática em questão.

### **Aspectos Gerais dos Processos de Globalização, Exclusão e Segregação Socioespacial**

O período atual é marcado por uma infinidade de transformações desconhecidas, acarretadas pela materialização dos processos de globalização, urbanização, e outros relacionados, como as crises teóricas e pragmáticas, além do acirramento das manifestações do “senso comum” de que vivemos num mundo globalmente integrado a complexidade e a imprevisibilidade em relação ao futuro.

Acerca do surgimento da idéia de globalização, ainda não se tem um consenso. Para alguns as origens desse movimento perpassa a história da humanidade, pois a globalização pode ser associada à necessidade de migrar dos homens em busca de melhores condições de vida. Todavia, ao considerar a globalização que se manifesta na contemporaneidade, estudiosos concordam que o surgimento da mesma ocorreu com as grandes navegações, no século XVI. Assim, foi a consolidação do modo capitalista de produção que propiciou sua concretização e difusão, configurando desse modo, dois processos intimamente relacionados. Sobre isso, Ianni (1996) afirma que a história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização, da globalização do mundo. Um

SILVA, A.R.P.; SANTOS, G.R.; ALVES, L.A. & RIBEIRO FILHO, V. A segregação e a exclusão social: efeitos perversos da globalização no espaço intraurbano. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.3, nº5, p.114-137, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

processo de larga duração com ciclos de expansão e retração, ruptura e reorientação.

Sob essa perspectiva, a globalização pode ser denominada de *Globalização Neoliberal Capitalista*, devido a essa associação com a dimensão econômica. Sendo ela também, fortalecida pelo surgimento de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), Fundo Monetário Internacional (FMI), Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), os quais exercem função reguladora da economia favorecendo a propagação desse processo. Neste sentido, esse foi um processo imposto de cima para baixo, em todo o mundo, especialmente nos países menos desenvolvidos como um imperativo para o desenvolvimento. Coube à burguesia incumbir ideologicamente essa função ao mercado, que segundo Silva (2005), conduziria à humanidade à riqueza e ao progresso, o autor assegura que a globalização resulta de três forças poderosas, a terceira revolução tecnológica; a formação de áreas de livre comércio e blocos econômicos e a crescente interligação e interdependência dos mercados físicos e financeiros em escala planetária.

Apesar da associação mais intrínseca com os processos econômicos, a globalização abrange todas as dimensões da vida, como a: econômica, social, política, espacial, científico-tecnológica, etc. Por isso, este processo constitui um termo da moda, usado para se referir as mudanças pelas quais a sociedade vem atravessando, sobretudo, após a década de 1980, quando se iniciou o desenvolvimento mais intensivo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's).

A partir dessa década foram, e ainda continuam a serem, intensificadas as relações comerciais e a interdependência entre países de todo o mundo, devido o advento de grandes inovações ligadas à revolução tecnológica, como: a engenharia genética e a inteligência artificial, a formação de blocos econômicos, o enfraquecimento do Estado. Contudo, tais processos, de forma desigual, beneficiam apenas uma parte, enquanto outros, que não conseguem ter acesso a tais recursos, acabam excluídos.

Essa heterogeneidade de formas de manifestação do fenômeno nas diferentes localidades e classes socioeconômicas deve-se a maneira como foi concretizado, assemelhando, conforme apontado por autores como Pinaud, Genro e Subrahmayam *apud* Silva (2005), ao colonialismo imperialista dos séculos precedentes, onde a homogeneização dos interesses dos burgueses possibilitava e justificava a dominação dos menos favorecidos.

De fato, a globalização e suas consequências se fazem presentes no cotidiano de todos, daqueles que tem a noção de que estão inseridos no processo, seja de forma positiva ou negativa, bem como daqueles que não tem noção da influência do fenômeno em suas vidas. Possibilidade de acesso ou não a produtos globais, dentre os quais são símbolos a marcas de produtos alimentícios, vestuário, lazer, etc., como a Coca-Cola, Toyota, Nike, Mc Donald's, além das notícias e informações de qualquer parte do mundo em tempo real, via TV ou internet, são alguns exemplos de manifestações da globalização que permeiam nosso dia-a-dia.

A ampla utilização do termo por distintas personalidades, acadêmicas, políticas, intelectuais e indivíduos comuns da sociedade civil, segundo Santos (1994) faz com que a globalização deixe de ser uma simples palavra para se tornar um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço. Com efeito, o autor explica que a dificuldade na conceituação de globalização deve-se ao fato de que a mesma é complexa, ainda em curso e com várias possibilidades de influência. Entretanto, conceitualmente, para esse autor, a globalização é o resultado da combinação de um sistema de técnicas, interligadas pelas TIC's, com ações que permitem a emergência do mercado global. Assim, esse processo pode ser explicado pela unicidade da técnica, convergência de momentos, cognoscidade do planeta e a existência de mais valia globalizada (SANTOS, 2000. p.24).

Além de buscar conceituar o termo globalização, e atribuir termos como internacionalização, mundialização, que com certas restrições podem ser utilizados como equivalentes a globalização, estudiosos também tomam diferentes posições acerca da instituição da globalização na economia mundial. Neste

contexto, Mc Grew *apud* Silva (2005.p. 43) aponta três posições de especialistas no assunto, 1) os hiperglobalizantes, que apontam para uma nova época em que os Estados, Nações e hierarquias norte/sul deixam de existirem, 2) os céticos, que consideram que o processo atual pode ser equiparado a processos de transformação/evolução passados, 3) os transformistas, que apresentam um posicionamento intermediário, consideram que o processo de globalização atual não tem precedentes e que os governos ainda podem atuar desde que ajustem às novas características.

Detrás dos consensos e contrassensos acerca de terminologias e posicionamentos acerca da globalização e suas consequências, deve ser destacada a política neoliberal, alicerce desse fenômeno crescente e impregnado, mesmo que camuflado, de ideologias que propiciam a redução do poder do Estado frente à macroeconomia, e o culpa pelas mazelas sociais e econômicas ao mesmo tempo em que proclama o mercado como o propulsor do desenvolvimento e da solução de todos os problemas. Assim, é importante que se considere a política neoliberal na consolidação da globalização, uma vez que seus teóricos asseguravam que por meio da liberdade econômica e política a “mão invisível” garantiria o capitalismo auferir lucros e distribuir os benefícios a todos. Contudo, vemos que ocorre uma distribuição desigual dos benefícios, privilegiando os ricos e gerando efeitos nefastos para os mais pobres, em diferentes níveis de abrangência.

Assim como o termo globalização, o de exclusão social também perpassa por diversas dimensões, como: a política, a acadêmica e a cotidiana, e diferentes realidades sociais, o que pode conduzir à vulgarização do termo, sobre isso, Sawaia, 2008 coloca que:

A ambigüidade inerente ao conceito de exclusão abre a possibilidade de suplantar os vícios do monolitismo analítico, que orientam as análises da desigualdade social. Grande parte dessas enfocam apenas uma de suas características em detrimento das demais, como as análises centradas no econômico, que abordam a exclusão como sinônimo de pobreza, e as centradas no social, que privilegiam o conceito de discriminação, minimizando o escopo analítico fundamental da exclusão, que é o da injustiça social. (SAWAIA, 2008, p.7).

Devido a essa vastidão epistemológica que permeia o fenômeno, o termo exclusão apresenta um caráter pouco preciso dúbio e ambíguo. Ele pode ser utilizado para referir-se desde a desigualdade à injustiça e exploração social, já que esse fenômeno atinge o nível econômico, cultural, político e étnico, impossibilitando a acessibilidade, equidade e representação pública de um conjunto populacional significativo.

Dentre as conceituações, que busca abarcar todas as dimensões atribuídas à exclusão, esta é vista como um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É um processo sutil e dialético, pois só existe em relação à parte como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros (SAWAIA, 2008. p.9).

Ou ainda, conforme Atkinson (1998), um processo dinâmico, que se refere tanto à processos quanto a situações. Segundo ele, a exclusão, mais claramente que o conceito de pobreza, é compreendido muito frequentemente como se referindo exclusivamente à renda, mas ele também estabelece a natureza multidimensional dos mecanismos através dos quais os indivíduos e grupos são excluídos das trocas sociais, das práticas componentes e dos direitos de integração social e de identidade (ATKINSON,1998. p.109).

Cabe destacar que, apesar de não serem equivalentes, pobreza e exclusão são facetas de um mesmo fenômeno, sendo que a pobreza pode conduzir a exclusão. Sob essa perspectiva, a exclusão é equivalente a não cidadania, presente em países ricos e pobres, impondo restrições de acesso a bens primordiais à vida.

Do mesmo modo, que não há um consenso acerca da noção de exclusão são encontradas dificuldades para estabelecer a origem do termo. Assim, para alguns autores sua origem é remota, para Vêras (1987) tal noção nasce com a sociedade capitalista, uma vez que a máxima dessa sociedade é respeitar o mercado, o qual é responsável pela desestruturação de todos, para depois reincluí-los ao sistema. Para justificar e exemplificar essa proposição a autora cita o camponês, que ao deslocar para a cidade vê-se excluído para posteriormente

ser incluído ao sistema. Contudo, a autora ressalta que na atualidade se possa falar de uma nova exclusão<sup>5</sup>, resultante da combinação entre neoliberalismo e atraso nas reformas sociais e políticas, sendo que essa nova exclusão se sobrepõe à antiga.

Já para autores como Wanderley (2008) a noção de exclusão é mais recente, para esse a instituição do termo é atribuída à René Lenour em 1974.

Dentre as causas da exclusão, pode se citar a combinação entre desenvolvimentos tecnológicos, crescimento da urbanização e a crise do Estado, cada vez menos atuante nas questões sociais. Em decorrência desse enfraquecimento estatal no âmbito social, observa-se uma tendência de naturalizar a exclusão e aceita-lá como um processo inevitável, fato esse que conduz ao seu fortalecimento. Ademais, com base em Carvalho, segundo Wanderley (2008) a aceitação da condição de excluído conduz a transmutação dos direitos em favores.

O caráter ideológico do processo de exclusão, criado pela sociedade, conduz a certa unificação ideológica, ao mesmo tempo em que acentua as diferenças sociais. A unificação pela aspiração de todos, incluídos e excluídos, às mercadorias difundidas pelos meios de comunicação de massa, acarreta um aumento na brecha entre os “incluídos e excluídos”, e à precarização das condições de vida e empobrecimento das classes menos favorecidas e ao enriquecimento da elite minoritária.

Outro processo, identificado ainda na primeira metade do século XX, nos estudos da Escola de Chicago, e reelaborado no início da década de 1970, que também tem reflexos do processo de globalização e é empregado nos estudos do espaço urbano, para tentar compreender os processos de reestruturação e a expansão da pobreza urbana é a segregação social. Segundo Villaça (2001) esta

---

<sup>5</sup> A autora coloca que hoje retomam-se as discussões acerca da pobreza urbana, sendo que acrescentam-se novos componentes. Nas décadas de 60 e 70, os problemas socioeconômicos urbanos – como a favelização, eram vistos como reflexos do êxodo rural, porém transitórios. Isso era explicado pelos estudiosos da escola de Chicago que associavam essa dinâmica do espaço urbano à ecologia vegetal, assim pela adaptação, invasão sucessão os indivíduos se estabeleciam em seus lugares, sendo a exclusão um processo transitório. Já exclusão da atualidade, decorre de mudanças na estrutura social, da perda de possibilidade de participação na vida produtiva, cultural, sendo que as possibilidades de mudanças são poucas.

SILVA, A.R.P.; SANTOS, G.R.; ALVES, L.A. & RIBEIRO FILHO, V. A segregação e a exclusão social: efeitos perversos da globalização no espaço intraurbano. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.3, nº5, p.114-137, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

se caracteriza como a dominação social, econômica e política por meio do espaço, por grupos específicos.

Segundo Lojkin (1997), a segregação urbana refere-se ao acesso que as diferentes classes têm aos meios de consumo coletivo e sua localização espacial na cidade, onde as classes menos favorecidas economicamente, de modo geral, localizam-se cada vez mais longe dos lugares de concentração dos grandes meios de comunicação, de informação e de tomada de decisão. Este autor ainda destaca que, as políticas públicas contribuem para reforçar a segregação social, que segundo Castells (2000), os grupos homogêneos se diferem dos exteriores, cujo acesso aos meios de consumo é diferenciado.

Ainda segundo Castells (2000), a segregação urbana é condicionada por fatores econômicos, sociais e ideológicos, e, sua existência pressupõe a correspondência entre a estratificação social e a polarização espacial das classes sociais na cidade.

Neste sentido, ao analisar a estruturação do espaço urbano observa-se claramente os a concretização da exclusão e da segregação, cujos processos decorrem de várias forças atuando em diferentes direções, sendo influenciados, inclusive pelos desdobramentos da *Globalização Neoliberal Capitalista*.

A segregação e a exclusão social podem ser encaradas como subprodutos, da perversidade sistêmica, um dos corolários da globalização. Embasado na informação, ideologia e consumismo, os desdobramentos desse processo foram à produção de fábulas e mitos, os quais propiciaram o aumento da desigualdade entre os indivíduos.

A exclusão social que incide sobre a sociedade contemporânea, significa a restrição de acesso aos privilégios decorrentes dos desenvolvimentos tecnológicos difundidos pela globalização. Com efeito, a exclusão está sempre relacionada à desigualdade, tradicional na sociedade brasileira, sendo identificada na pobreza, nas particularidades étnico-culturais, de gênero ou opção sexual, nos grupos etários etc, a qual em função das baixas possibilidades de ascensão social tende a perpetuação.

A segregação socioespacial tem um papel fundamental na permanência das desigualdades. A apropriação, por parte do mercado imobiliário, de parcelas cada vez maiores de solo urbano, vendidos a preços excessivos, obriga um contingente populacional cada vez maior a ocupar áreas de baixas condições de habitabilidade, onde dificilmente terão acesso aos equipamentos dos quais necessitam. De maneira mais ou menos direta, as dificuldades de acesso às infraestruturas do espaço urbano por parte da população menos favorecida, acrescidas das menores condições de emprego, saúde e educação, propiciam a manutenção da exclusão a que ela é submetida.

O jogo de poder no espaço urbano, dessa forma, se faz visível: o próprio poder público, ao conferir aos empreendedores imobiliários a possibilidade de auferirem lucros com seus empreendimentos, permite a ativação dos processos de segregação e exclusão.

Sobre isso, tem-se que,

As relações que produzem e reproduzem a pobreza urbana, seja a desigualdade, seja a exclusão são relações de poder entre grupos sociais mediadas pelo Estado e a implementação de políticas que permitam reduzi-las ou mesmo erradicá-las não será factível sem a compreensão de que a igualdade (mas não a homogeneização) só ganha sentido quando formulada no âmbito público (GUIMARÃES, 2002, p.4-5).

Frente às intensas mudanças impulsionadas pelas novas lógicas econômicas, os processos de segregação e exclusão social, econômica e espacial, são fortalecidos no espaço urbano. A estrutura urbana evidencia as desigualdades, conflitos e problemas de diferentes ordens, gerados pelo capitalismo e pela globalização, cujas consequências são dispare para diferentes segmentos da sociedade.

### **As Cidades no Contexto do Processo de Globalização**

A maneira como ocorre o processo de urbanização, bem como a estruturação das cidades, está diretamente relacionada com as características do modo produtivo vigente. Com a globalização verifica-se, conforme colocou Carlos (1996), a criação de um espaço homogêneo de um lado, e de outro, a produção

de sua fragmentação que se concretiza de modo diferenciado de acordo com o contexto em que a cidade se encontra.

Em decorrência dos avanços técnico-científico-informacionais, difundidos pela globalização, ocorrem várias transformações na organização espacial. No âmbito intraurbano, Castells (1999, p.406), coloca que a cidade foi transformada de forma profunda pela saturação do valioso espaço na metrópole e também por um processo maciço de suburbanização. Essas mudanças explicam-se pela reorganização das atividades em determinados locais segundo sua posição na nova divisão internacional do trabalho.

O aparato técnico, as redes de comunicação e informação, propicia ao indivíduo, mesmo que de modo desigual, em tempo real a interligação a diferentes locais e a reprodução das relações sociais cotidianas à distância. Neste contexto, de acordo com a concepção de Carlos (1996, p.191), o urbano não designa mais a cidade, nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar, pois tudo que existe entra em contato com o mundo todo ligando pontos isolados.

A partir da concentração diferenciada dos objetos materiais e imateriais, os lugares, assumem hierarquias distintas, bem como se constituem com maior heterogeneidade, e criam novas espacialidades. Entretanto, apesar da interligação entre os lugares, que com certas restrições, pode ser vista como um grande ganho para a sociedade. Surge no processo de reprodução dessa sociedade uma gama de problemas que decorrem do fato de que o alicerce dessa interligação é o mercado, onde a mercadoria assume grande valor para a sociedade.

Como a reprodução dos benefícios (a acumulação de capitais), ocorre de maneira desigual, e o espaço urbano, é cada vez mais visto enquanto uma mercadoria, onde grupos sociais possuem diferentes possibilidades de acesso ao mesmo. Com efeito, verifica-se que o processo de globalização implica no espaço urbano um processo de fragmentação, que conforme colocou Carlos (1996, p.194) nos coloca diante de formas, que ganham novos conteúdos: cada vez mais se acentua a contradição que está na base do processo de produção do espaço, o

qual seja a produção socializada, processo de apropriação privada do solo urbano.

Assim,

Duas concepções de cidade chocam-se frontalmente na atualidade. De um lado está a concepção da cidade como mercadoria, a cidade como empresa, a cidade como espaço dos investimentos, da competição, da concorrência e da desigualdade. Do outro, a cidade como espaço de promoção da vida, a cidade como espaço do fazer e do prazer, do trabalho e da alegria, da igualdade e da convivência com a diversidade, da sustentabilidade e do bem-estar. (GUSTIN ET AL, 2013. p 21)

O processo de segregação da burguesia está enraizado na sociedade brasileira há séculos, no entanto com a ideologia que imprime a ampliação da necessidade de consumo, desencadeada pela ação perversa da combinação *publicidade + materialidade*, conforme a expressão utilizada por Santos (2000), esse processo é intensificado. Os interesses e ações da elite, apesar da mesma ser a minoria, são determinantes na reprodução do espaço urbano. Isso ocorre porque, segundo Villaça (2001) a mesma exerce controle nas esferas econômica, por meio do mercado imobiliário; política; mediante o controle do Estado; e ideológica, e também são de acordo com Castells (1999) articuladas e cosmopolitas. Assim, os interesses dos demais indivíduos são parcialmente atendidos, na medida em que são atendidos os seus interesses. Neste sentido, a disputa da elite em torno das melhores condições de consumo, produz uma relação dialética de segregação voluntária da mesma, e simultaneamente de segregação forçada das classes menos favorecidas.

Neste contexto, o conteúdo das periferias, por exemplo, é alterado. Estas passam a receber novos equipamentos como os condomínios fechados, os *shopping centers*, os quais estão relacionados com as novas formas de consumo e são signos privilegiados em detrimento ao valor de uso. Dialeticamente, estas ainda continuam a ser o local de habitação daqueles menos favorecidos. Observa-se também a redução da responsabilidade do Estado frente a alguns setores. Já que ele passa a atuar, basicamente nas esferas política e econômica assegurando, somente, o mínimo dos bens e serviços.

Como destaca Cobos (2014 p.43) neste contexto, ocorre uma intensificação da mercantilização, privatização e capitalização das condições do processo de reprodução social. O autor ressalta ainda que isso tem se

[...] construído a partir de la intervención del Estado – incluyendo a su aparato legislativo en etapas históricas anteriores, que constituye una de sus políticas fundamentales. [...] La privatización de lo público, que entrega al capital privado a las empresas productivas, comerciales, de servicios y las condiciones generales de la acumulación y de la reproducción social bajo su control, incluye a muchos ámbitos públicos urbanos: suelo e inmuebles públicos, plazas, parques, reservas naturales, vialidades, servicios sociales, áreas recreativas, etcétera, integrándolos a un amplio, profundo e incesante proceso de mercantilización de todos los elementos de la estructura urbana, incluidos los no producidos por el hombre. (COBOS, 2014 p.43-44)

Uma das possíveis consequências dessa postura estatal, em certa medida, ineficaz ser-se-á a perpetuação de baixas condições de vida, que tem reflexos em outras dimensões da vida e acaba por alimentar um ciclo vicioso. Num efeito dominó, tem-se a aumento da violência, da insegurança que causa o isolamento da burguesia em locais que acreditam, que os problemas são amenizados, enquanto as classes de baixa renda continuam a mercê dos efeitos negativos da nova ordem, muitas vezes sendo excluída, e, portanto servindo a continuidade da lógica de reprodução de um espaço marcado pela desigualdade, exclusão e pelos conflitos. Afinal,

*La fragmentación socio-territorial de las ciudades, que implica a la vez la desigualdad social, la segregación territorial y la existencia de barreras físicas o socio-culturales como la violencia, a la movilidad, se ha incrementado a partir de la multiplicación de los conjuntos cerrados y cercados para clases medias y altas, el aislamiento territorial de los mega-conjuntos de interés social, la proliferación de vialidades confinadas y segundos pisos viales como barreras físicas, y las creadas por los guetos de la violencia urbana. (CARRIÓN, 2006 apud COBOS, 2014 p.48)*

É nas periferias, tanto no sentido das áreas periféricas mundiais, quanto no âmbito do espaço urbano, que são claramente observáveis as contradições socioespaciais. Neste sentido, as periferias urbanas que abrigam os condomínios fechados de um lado e de outro as moradias autoconstruídas, ilustram a concretização das desigualdades socioespaciais no seio da globalização da política neoliberal.

## Condomínios Fechados: O Lado de Cá

Os loteamentos fechados, assim como as ocupações irregulares, constituem-se fenômenos contraditórios resultantes dos mesmos processos, a saber: as políticas neoliberais, a reestruturação econômica e políticas públicas sob a égide da globalização capitalista neoliberal. Porém, estes têm condicionantes diferentes no espaço urbano; enquanto os condomínios compõem a chamada “cidade legal”, as ocupações fazem parte da urbanização ilegal, portanto recebem um tratamento diferente por parte do poder público, por vezes, segundo Gustin et al (2013, 24) negligente à expansão da urbanização ilegal, pela não garantia de direitos sociais e de cidadania, pelas políticas de segregação e expulsão para garantir o funcionamento pleno da renda fundiária urbana.

A presença dos loteamentos fechados, no âmbito intraurbano, constitui-se numa clara manifestação dos processos de segregação e de exclusão socioespacial, na contemporaneidade.

Os loteamentos fechados são fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública é rejeitada por seus moradores. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança. Impõem regras de inclusão e exclusão, até mesmo aos próprios moradores. São espaços independentes e autônomos. Espaços de prestígio – residências coletivas passaram a ser preferidas a residências individuais, em áreas isoladas, não urbanizadas e distantes que foram transformadas em espaços mais valorizados do que os tradicionais bairros centrais e com boa infraestrutura. (UEDA, 2006, p.240).

Segundo Sposito (2006) os primeiros loteamentos fechados, datam da segunda metade do século XIX, contudo no contexto brasileiro os primeiros loteamentos fechados são, aproximadamente, do ano 1928, sendo que estes eram verticais, os loteamentos horizontais começaram a consolidar mais tarde, entre as décadas de 1930 e 1940 nas metrópoles, e após a década de 1970 nas cidades médias. Todavia, a vulgarização desses empreendimentos ocorreu nos últimos anos do século XX.

Para aqueles que conseguiram auferir dos benefícios da globalização, e são providos de recursos para pagar para se morar em um espaço, que oferece, de modo privado, a maioria dos serviços que deveriam ser públicos, os

SILVA, A.R.P.; SANTOS, G.R.; ALVES, L.A. & RIBEIRO FILHO, V. A segregação e a exclusão social: efeitos perversos da globalização no espaço intraurbano. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.3, nº5, p.114-137, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

condomínios fechados são, portanto, ideologicamente a solução para os problemas urbanos.

Os condomínios fechados, vistos sob a perspectiva da segregação socioespacial nas cidades, demonstram capacidade de reduzir a unicidade do espaço urbano, uma vez que os mesmos causam descontinuidades territorial e espacial, devido às suas distâncias espaciais e aos muros que cercam os “excluídos”. No contexto das cidades médias, Sposito (2006) ressalta que a presença dos loteamentos torna o tecido urbano difuso, mas sem descontinuidade.

Ainda segundo a autora em decorrência dos valores da terra nas cidades médias possibilitar a instalação de tais empreendimentos muito próximos ou mesmo dentro da área urbana o deslocamento para os mesmo não difere muito daqueles realizados cotidianamente. É mantida a acessibilidade a qualquer ponto da cidade. Contudo, o grau de influência dos loteamentos fechados na reestruturação do espaço urbano, depende da quantidade, forma e localização dos mesmos.

Esses loteamentos, também são responsáveis pela redefinição dos conteúdos sociais e econômicos das periferias, sendo, portanto responsáveis pela configuração de periferias distintas daquelas identificadas no passado. Neste sentido, na periferia pode se observar uma diversidade social, com a presença de loteamentos fechados e abertos. Contudo, apesar dessa relativa proximidade de diferentes espaços, não há, conforme afirma Sposito (2006), a constituição de um espaço multisocial na periferia. Até 1970 a noção de periferia remetia a associação com classes sociais marginalizadas pelo sistema econômico e social, que residiam em conjuntos habitacionais ou em loteamentos abertos, às vezes ilegais, com construções edificadas por meio de mutirões, onde através do auxílio de parentes e amigos, ocorre a autoconstrução.

Ao problematizar a influência dos loteamentos fechados na produção do espaço urbano, Ueda (2006), enfatiza que estamos diante de um novo modelo de urbanização, marcado pela estética de dispersão espacial. Sendo que, esse

processo está diretamente vinculado aos interesses midiáticos e especulativos, mas que atendem as autênticas demandas da sociedade.

Vistos enquanto mercadorias, os loteamentos fechados apresentam-se em constante renovação a fim de instigar o consumismo.

De modo geral, no espaço urbano as condições de deslocamentos e acessibilidade dos indivíduos devem ser asseguradas. Porém, as condições instaladas pela presença dos loteamentos redefinem a idéia de espaço público, o qual passa a se destinar cada vez menos à vida e a sociabilidade e cada vez mais à passagem de veículos. Neste contexto, ao abordar a noção temporal da cidade e o cotidiano, Ueda (2006), afirma que com os loteamentos fechados, ocorre certo isolamento espacial em relação ao restante da cidade, assim a dimensão temporal passa a ter um novo sentido, e, para amenizar as distâncias e perdas de tempo, torna-se uma opção o trabalho em casa utilizando as novas tecnologias informacionais, oferecidas pela globalização em curso.

Ainda segundo a autora a aceleração temporal provocada pelo capitalismo, faz com que os indivíduos busquem um refúgio calmo, tranquilo e com muita área verde. Neste sentido, os beneficiados pelos avanços vêem-se cada vez mais isolados em consequência de vários fatores decorrentes da globalização e seus múltiplos e contraditórios resultados.

Não se reconhece que a ampliação e diversificação de uma gama dos conflitos urbanos, como a violência e deterioração das condições de vida são consequências da forma da reprodução social, segundo a postura adotada, sendo que, essa ação da elite de isolar-se em *enclaves fortificados* dentro do espaço urbano não resolve os problemas, mas ao contrário, os acentua na medida em que aumenta as desigualdades sociais.

### **As Ocupações Irregulares: o Lado de Lá**

Para se compreender os processos de estruturação da cidade, sob a égide do processo de globalização capitalista, que favorece a concretização dos processos segregacionistas é importante considerar as ocupações irregulares, representados pelas favelas, loteamentos clandestinos e autoconstruídos etc,

enquanto partes da organização espacial urbana, que juntamente com os loteamentos fechados retratam o modo desigual da estruturação do espaço urbano.

Esses espaços ocupados irregularmente são opções de moradia para aqueles “excluídos” pelo sistema econômico vigente, geralmente caracterizam pela precariedade infraestrutural, apesar de serem a solução encontrada para a moradia e sobrevivência na cidade das pessoas marginalizadas pela globalização, são, portanto, o reflexo da exclusão social. Sobre isso,

Há em todas as cidades, uma parcela de população que não dispõe de condições para se transferir da casa para onde mora, isto é, para mudar de bairro e que pode ver explicada a sua pobreza pelo fato de o bairro de sua residência não contar com serviços públicos. (SANTOS, 1987. p.85).

É comum nas áreas ocupadas irregularmente, apesar da presença da casa de alvenaria, a utilização para a construção das casas de materiais improvisados, como restos de materiais de construção ou placas, plásticos, lonas etc. Além disso, a infraestrutura é precária ou inexistente, já que o poder público não a fornece cabendo aos moradores improvisá-la; outro aspecto relevante a destacar é a ausência de um ordenamento, devido a sua forma de ocupação.

Como os problemas socioeconômicos incidem sobre o meio ambiente, nas ocupações irregulares a preocupação com o meio ambiente é deixada de lado, conseqüentemente a pressão da ocupação ultrapassa os limites naturais desencadeando em problemas de degradação ambiental, que refletem na qualidade de vida, especialmente na saúde.

Além da exclusão, em relação ao acesso aos bens materiais, infraestruturas, em linhas gerais tradicionalmente, ainda que a tenha ocorrido avanços neste sentido, o grupo dos “excluídos” também tem o acesso à vida pública aniquilado. Muitas vezes, são impedidos de frequentar e usufruir de espaços e recursos presentes nas cidades, que deveriam ser para todos. Assim,

O que se tem, cada vez mais, são entidades espaciais enormes, mas crescentemente desprovidas de verdadeira vida pública. Há, em meio a uma espécie de antítese cada vez mais nítida entre urbanização e “cidadização” (“**citification**”: neologismo que, em Bookchin, significa a formação de cidades autênticas, com uma vida pública vibrante), uma lição fundamental a ser extraída: sem a superação do capitalismo e de

sua espacialidade, o que vulgarmente se vai acomodando por trás da fórmula do “direito à cidade” não passa e não passará jamais de migalhas ou magras conquistas, por mais importantes que possam ser para quem padece, nas favelas, loteamentos irregulares e outros espaços segregados, com a falta de saneamento básico, com riscos ambientais elevados, com doenças e com a ausência de padrões mínimos de conforto. (SOUZA, 2011, p.1)

Inicialmente as grandes cidades constituíam foco de movimentos migratórios, que muitas vezes desencadeavam problemas socioeconômicos decorrentes da concentração de pessoas num espaço em que a infraestrutura não poderia suprir a demanda. Neste contexto, surge no final do século XIX, nas metrópoles o processo de favelização, cujo processo foi intensificado após a década de 1930.

Mais tarde, após a segunda guerra mundial, devido dentre outros fatores, à intensificação da urbanização e necessidade de promover a “planificação urbana”, as cidades médias, passaram a ser foco de movimentos migratórios que visavam promover certa descentralização produtiva das grandes cidades e do êxodo rural. Assim, em consequência desse crescimento das cidades médias, sob a égide do capitalismo neoliberalista, a problemática da favelização se fez presente no contexto dessas cidades.

Apesar das medidas dos governos como os desfavelamentos, destaca-se que ocorreram avanços, especialmente no plano legal, porém, em relação ao processo de exclusão ainda há muito a ser resolvido, uma vez que, as origens do mesmo relacionam-se com uma conjuntura perversa mais ampla. São fatores determinantes na permanência da pobreza e da exclusão, a manutenção da estrutura elitista da sociedade, o enfraquecimento do Estado, no âmbito de suas ações sociais, além de suas ações clientelistas, e o enfraquecimento das organizações sociais. Apesar de ser inadmissível, conforme destaca Gustin et al (2013, p.21) “políticas urbanísticas têm se orientado no sentido de remoção dos pobres e não da pobreza”. Essa conjectura implica em um grande, pois conforme afirma Cobos (2014, p.50) “*no es aún posible predecir su sustitución por otro, pues aún es sostenido por los países hegemónicos y los empresarios trasnacionales, grandes beneficiarios de su carácter especulativo y expoliador*”.

No entanto, a tomada de consciência de que a participação é fundamental para a mudança e de que o caminho para ocorrer a participação é o conhecimento, em sentido geral, especificamente dos instrumentos legais existentes para a estruturação das cidades, pode ser a chave para a atenuação dos efeitos perversos que tem se reproduzido e ampliado no contexto da globalização neoliberalista, especialmente no âmbito das cidades, onde conforme afirma Gustin et al (2013, p.25).

A concepção das cidades sob uma lógica que separa as pessoas e impossibilita o diálogo deve, então, ser substituída por uma concepção de cidade participativa e intercultural, que possa de fato levar a concretização de uma democracia social de alta intensidade com a igualdade efetiva entre os seres humanos.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de globalização, do modo em que está sendo concretizado, de “cima para baixo”, apresenta-se perverso e contraditório. De um lado, propicia uma acelerada revolução científica e tecnológica, mas, por outro lado, a dominação torna-se cada vez mais efetiva, levando a uma maior exclusão de amplos segmentos da população mundial que não pode pagar para ter acesso a muitos dos bens gerados e difundidos pela globalização.

Esse processo multifacetado apresenta grande força e aceitação, em decorrência do discurso ideológico por ele utilizado. Chega-se a acreditar que não há possibilidades de mudanças no seu processo e em sua forma, assim como se propaga a idéia de homogeneização global, no entanto o que ocorre é a acentuação das diferenças. No âmbito do espaço intraurbano, a manifestação desse processo desencadeia a consolidação de espaços, que apesar da proximidade territorial, possuem realidades muito diferenciadas.

De acordo com Santos (2000), a revolução no processo de globalização é possível, para tanto é preciso enxergar a possibilidade do diferente, já que o mundo é formado pelo que existe e pelo que pode vir a existir. As tendências e as possibilidades representam o que pode vir a existir. Assim, a emergência de elementos como: a enorme sociodiversidade de culturas, povos e gostos, cujas

peças possuem ao seu alcance uma variedade de filosofias, nestas áreas cada vez menores o que permite maior articulação e intercâmbio de idéias, constitui uma possibilidade para a revolução, e para a instalação de uma nova globalização, onde as técnicas passem a ser utilizadas também em prol do social, nomeadamente dos direitos humanos e do desenvolvimento.

É necessário reconhecer que a exclusão social só poderá ser enfrentada através de mecanismos políticos, se o objetivo prioritário for construir uma sociedade mais justa e solidária. Neste sentido, destaca a necessidade de mudanças desde as escalas globais em que ocorra solidariedade entre os países, até o indivíduo, porque é a partir de atitudes no local onde se vive que se pode contribuir para mudanças. Na perspectiva do urbanismo, não cabe mais os ideais tecnocráticos e progressistas que, combinado com a necessidade de “escapismo” só reforça a ampliação da exclusão.

No contexto brasileiro, em termos legais os avanços foram significativos, a Constituição Federal de 1988 foi um marco da Política Urbana e de suas competências legislativas entre os entes federados, voltou à atenção para o desenvolvimento urbano, das funções sociais das cidades e da garantir do bem-estar da população. No Título VII da Ordem Econômica e Financeira, há no Capítulo II, que trata especificamente do instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana: o plano diretor. Conforme, Art. 182 §1º da CF/88.

Contudo, decorreram-se praticamente 13 anos para a regulamentação da Política Urbana da Constituição Federal, através da Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, detalhando e desenvolvendo os artigos 182 e 183. Sendo que, igualmente persistem vários impasses para a implementação dos pressupostos do Estatuto da Cidade, ainda são incipientes, seja porque sequer são considerados nas políticas urbanas municipais, nomeadamente no Plano Diretor ou por falta de iniciativa para a execução daquilo que foi previsto por esta lei municipal. Postergando, então a prática dos instrumentos legais do “direito à cidade”.

O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é obrigatório para as cidades acima de 20 mil habitantes, e o principal instrumento de planejamento e gestão democrática da cidade (GUIMARÃES; ABICALIL, 1990). É essencialmente importante que este considere os instrumentos propostos pelo Estatuto da Cidade, levando em conta também a diversidade e complexidade do território, além de suas particularidades em sua ocupação territorial e organização interna das cidades.

### Referências bibliográficas

AMORIM FILHO, O. B; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T.; SERRA, R. V. (orgs). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001, p.1-34.

ATKINSON, Rob. Combatendo a exclusão social urbana. O papel da participação comunitária na regeneração das cidades europeias. **Cadernos IPPUR**- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ano XII, nº1, Jan-jul/1998, pp.107-128.

BESSA. K.C.F.O; SOARES. B. R. A Fragmentação do Espaço Urbano e o Processo de Favelização de Uberlândia. In: **Sociedade e Natureza**, V. 9, nº17, 1997- Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia/EDUFU, p.145-166.

CARLOS, A. F. A natureza do espaço fragmentado. In **Território Globalização e Fragmentação**. SANTOS. M. et all (orgs). 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996, p.1991-1997.

CASTTELS, M. **A sociedade em redes – A era da informação: economia, sociedade e espaço e cultura**; v 1. São Paulo, Paz e Terra, 1999, p. 403-455.

\_\_\_\_\_. **A questão urbana**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

COBOS, E. P. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 37-60, jun 2014.

GUIMARÃES, A. A. et al. **A Propósito do Debate sobre Exclusão Social: aportes teóricos, escala local e indicadores sócias**. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002. João Pessoa. Disponível em <<http://www2.prudente.unesp.br/simespp/prodcient/III%20ENG%20%20A%20prop%F3sito%20do%20debate...PDF>> Acesso em:18. Nov. 2008.

GUIMARÃES, G.; ABICALIL, M. T. Plano Diretor do Município de Angra dos Reis: análise da Constituição e proposta para o município. IN: GRAZIA, G. (org.). **Plano Diretor, instrumentos de reforma urbana**. Rio de Janeiro: Fase, 1990.

SILVA, A.R.P.; SANTOS, G.R.; ALVES, L.A. & RIBEIRO FILHO, V. A segregação e a exclusão social: efeitos perversos da globalização no espaço intraurbano. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, v.3, nº5, p.114-137, jul./dez. 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

GUSTIN, M. B de S. et al. Pessoas ou investimentos? A especulação imobiliária, as violências públicas e a expulsão dos mais pobres das grandes metrópoles. **e-metropolis**, nº 13 - ano 4, p.20-28, junho de 2013.

IANNI, O. **A sociedade global**, 4ª ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1996.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: MARTINS FONTES, 1997.

PINAUD, J. L.D. Globalização, Estado e Empresa pública. In: **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. ARRUDA JR. E. e RAMOS. A. (orgs). Curitiba: edibejp . p.291-298.

SANTOS, M. et all. **Fim de século e globalização**. 2 Ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS. M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo. Nobel. 1987

SANTOS. M. **Por uma outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAWAIA, B. Exclusão ou Inclusão Perversa? In: **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Sawaia. B. (org). 8ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.7-15.

SILVA, K. S. **Globalização e exclusão social**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2005. 172p.

SILVA, J. B. da. Cidades Ingovernáveis. In: **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. OLIVEIRA, M.P.de et all (org) – Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, Anpege, 2008, p. 49-60.

**SOUZA, M.L de. O direito ao centro da cidade. IN: Passa Palavra, 3 de Abr. de 2011 . Disponível em: <http://pelamoradia.wordpress.com/2011/04/04/o-direito-ao-centro-da-cidade/>. Acesso em: 15 mar. 2011.**

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: **Cidades Médias: Produção do espaço**. SPOSITO, E. S. et all (org). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

UEDA. V. Loteamentos fechados e a produção do espaço urbano: algumas reflexões para o debate. In: **Cidades Médias: Produção do espaço**. SPOSITO, E. S. et all (org). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2006

VÉRAS, M. Exclusão Social- um problema brasileiro de 500 anos: notas preliminares. In: **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**./ Sawaia. B. (org). 8ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 27-48.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de Exclusão. In: **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**./ Sawaia. B. (org). 8ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p.16-26.